

GOIÂNIA EM CONFLITO: PERIFERIA E VIOLÊNCIA URBANA

Goiânia in conflict: periphery and urban violence

Ricardo Sousa de Jesus Júnior
Universidade Federal de Goiás

Renato Araújo Teixeira
Instituto Federal de Goiás

RESUMO

Este estudo teve como objeto de análise a violência urbana na Região Noroeste de Goiânia, com foco nos fatores socioespaciais que alimentam a criminalidade, como o tráfico de drogas, homicídios e a presença de facções criminosas. O objetivo principal foi entender as dinâmicas da violência e identificar como as políticas públicas insuficientes e a marginalização da região contribuem para a perpetuação de um cenário de insegurança crônica. A justificativa para a pesquisa se baseia na necessidade de compreender a violência não apenas como um fenômeno de segurança pública, mas como um reflexo das desigualdades sociais e urbanas em Goiânia. A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, com levantamento de dados empíricos por meio de análise documental, estatísticas de crimes, entrevistas com moradores e observação direta. A pesquisa permitiu identificar padrões de criminalidade relacionados à vulnerabilidade social, com destaque para a atuação de facções criminosas na perpetuação da violência. Os resultados revelaram uma relação estreita entre a criminalidade e a exclusão social, com áreas da região Noroeste, como o Jardim Curitiba, sendo especialmente afetadas. Em considerações finais, destaca-se a necessidade de políticas públicas integradas, que combinem segurança, inclusão social, geração de emprego e educação, a fim de enfrentar as raízes da violência e promover a reestruturação das áreas periféricas da cidade.

Palavras-chave: Crescimento demográfico; pobreza; violência.

ABSTRACT

This study analyzed urban violence in the Northwest Region of Goiânia, focusing on the socio-spatial factors that fuel crime, such as drug trafficking, homicides, and the presence of criminal factions. The main objective was to understand the dynamics of violence and identify how insufficient public policies and the marginalization of the region contribute to the perpetuation of a scenario of chronic insecurity. The justification for the research was based on the need to understand violence not only as a public security issue but also as a reflection of social and urban inequalities in Goiânia. The methodology adopted a qualitative approach, with empirical data collection through document analysis, crime statistics, interviews with residents, and direct observation. The research identified patterns of criminality related to social vulnerability, particularly the role of criminal factions in perpetuating violence. The results revealed a close relationship between crime and social exclusion, with areas in the Northwest Region, such as Jardim Curitiba, being especially affected. In the final considerations, the study highlights the need for integrated public policies that combine security, social inclusion, job creation, and education to address the root causes of violence and promote the restructuring of the city's peripheral areas.

Keywords: Population growth; poverty; violence.

INTRODUÇÃO

A violência urbana tem se afirmado como um dos principais desafios das cidades brasileiras, especialmente nas periferias metropolitanas, onde se manifesta de maneira intensa, persistente e alarmante. Trata-se de uma realidade que mobiliza gestores públicos, planejadores urbanos, instituições sociais e pesquisadores das mais diversas áreas, em especial a Geografia, que busca compreender como os fenômenos violentos se relacionam com as dinâmicas de produção do espaço. O enfrentamento desse tema exige mais do que descrições de ocorrências: demanda interpretações críticas que articulem as dimensões sociais, históricas e territoriais da violência.

No contexto brasileiro, a violência urbana apresenta traços particulares: é estrutural, cotidiana e marcada por sua capacidade de paralisar o convívio social. Ainda que afete diferentes grupos sociais, é nas regiões periféricas das grandes cidades que ela ganha contornos mais agudos, evidenciando as desigualdades que moldam o espaço urbano. Como observa Waiselfisz (2015), essa violência não é aleatória, mas profundamente articulada às lógicas de organização do território metropolitano. São justamente essas áreas, historicamente negligenciadas pelo Estado, que concentram os maiores índices de criminalidade e as menores condições de infraestrutura e serviços.

Esse cenário nos leva a questionar: até que ponto a violência urbana possui uma dimensão espacial constitutiva? De que maneira o espaço geográfico participa da reprodução da violência nas cidades? E como essas dinâmicas se expressam com maior intensidade nas periferias das metrópoles brasileiras? Essas questões conduzem a uma reflexão que exige cuidado analítico e distanciamento de leituras estigmatizantes, que frequentemente associam a violência à suposta "periculosidade" dos sujeitos periféricos, desconsiderando os processos históricos que conformaram esses territórios.

Com base nesse referencial, o presente trabalho toma como objeto de estudo a Região Noroeste de Goiânia, um espaço marcado pela combinação entre crescimento urbano acelerado, precariedade estrutural e altos índices de violência. A escolha se justifica por se tratar de uma das áreas que concentram indicadores socioeconômicos mais baixos da capital goiana, historicamente configurada por processos de ocupação popular e pela presença de migrantes atraídos por políticas habitacionais desde a década de 1980.

A investigação parte da hipótese de que os altos índices de violência registrados na Região Noroeste de Goiânia, não podem ser compreendidos apenas a partir de variáveis criminais isoladas, mas estão diretamente relacionados à forma como essa área foi sendo inserida – ou excluída – do processo de urbanização da capital. Nesse sentido, buscou-se examinar como as relações de poder, os fluxos urbanos e a ação (ou ausência) do Estado moldaram um espaço vulnerável, onde a violência aparece como consequência e também como instrumento de controle social.

Para isso, foi adotada uma metodologia que combina análise bibliográfica, levantamento documental, aplicação de questionários com moradores e entrevistas com autoridades locais. A escassez de dados específicos sobre a criminalidade na região exigiu uma atenção redobrada no trabalho de campo, sendo fundamental a escuta direta dos sujeitos sociais que vivenciam cotidianamente os efeitos da violência e do abandono institucional. Esses relatos, além de enriquecerem a pesquisa, revelam aspectos muitas vezes invisibilizados pelas estatísticas oficiais.

A revisão bibliográfica realizada revelou uma carência de estudos acadêmicos que abordem de forma específica a realidade da violência na Região Noroeste de Goiânia, o que reforça a importância e a originalidade desta investigação. As contribuições teóricas de autores como Maricato (2000), Corrêa (1995), Mancuso (1996), Wacquant (2008) e Foucault (1982) serviram de base para compreender como as desigualdades urbanas e os mecanismos de dominação se materializam no território, produzindo um espaço onde a violência se naturaliza.

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é compreender a relação entre o crescimento urbano, a criminalidade e a violência em Goiânia, com foco na Região Noroeste, analisando como essas dinâmicas se configuram de maneira desigual a partir do processo de metropolização da cidade. Como objetivos específicos, busca-se: i) investigar os mecanismos socioespaciais que relacionam a expansão urbana ao aumento da criminalidade; ii) identificar como as relações de poder se expressam no território e produzem desigualdades; iii) compreender os impactos do status metropolitano nas dinâmicas de violência urbana na capital.

A proposta, portanto, é desenvolver uma leitura crítica e comprometida com os sujeitos que vivem nas periferias, reconhecendo que o enfrentamento da violência não se faz apenas com repressão ou segurança ostensiva, mas com a construção de políticas públicas que enfrentem as raízes históricas e estruturais da exclusão urbana.

GOIÂNIA NA ATUALIDADE: Um espaço metropolitano articulado e desigual

A humanidade nunca vivenciou um crescimento urbano tão intenso e abrangente. Hoje, vivemos em um mundo essencialmente urbanizado, com aglomerados urbanos que abrigam grandes populações e desempenham funções cada vez mais complexas. Algumas cidades, como propõe Sassen (2016), tornam-se protagonistas nas redes econômicas e culturais globais, sendo denominadas "cidades globais". A urbanização massiva tornou-se uma característica da contemporaneidade, evidenciada pelo aumento das populações urbanas e pela diminuição da população rural em escala mundial.

Nesse contexto, a cidade contemporânea exige uma análise mais profunda. A dinâmica urbana é contínua, marcada por transformações impulsionadas por processos econômicos, políticos, sociais e simbólicos interdependentes. A cidade é mais que um espaço de moradia e serviços: é também um campo de disputas de poder. Como afirma Pechman (1991), novas formas de dominação se estabelecem a partir das representações construídas entre dominantes e dominados, revelando tensões entre os sujeitos que produzem e habitam a cidade.

As cidades têm uma ambivalência intrínseca: ao mesmo tempo que acolhem e conectam indivíduos de diferentes origens, também segregam, hierarquizam e excluem. Essa dualidade reflete o caráter contraditório da urbanização. Os centros urbanos operam como territórios atravessados por fluxos econômicos, tecnológicos e culturais. O avanço técnico-científico remodela a infraestrutura, os modos de trabalho e os ritmos da vida social.

No entanto, a cidade capitalista carrega as marcas de sua gênese excludente. Como argumenta Corrêa (2000),

O espaço urbano capitalista - fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas - é o produto social resultado de ações acumuladas através do tempo e engendrados por agentes que produzem e consomem espaço. (CORRÊA, 2000, p. 11)

Assim, o espaço urbano resulta de ações históricas de diferentes agentes, refletindo e condicionando relações sociais. Esse espaço é articulado e fragmentado, carregado de significados e disputas, onde as desigualdades são espacializadas e reproduzidas. O urbano, assim, é campo das lutas sociais.

A modernização do espaço urbano é acompanhada por novos dispositivos de controle. A crescente utilização de tecnologias digitais transforma a cidade em um ambiente permanentemente monitorado e midiaticamente exposto. Essa vigilância cotidiana, muitas vezes invisível, está associada à lógica do espetáculo, em que tudo é narrado, exibido e consumido em tempo real. A cidade, então, deixa de ser apenas vivida, tornando-se também performada.

Contudo, a modernização tem suas consequências. A automação e a substituição da força de trabalho humana por máquinas agravam a exclusão social, especialmente nas periferias urbanas. A perda de empregos formais, a precarização das condições habitacionais e a falta de políticas inclusivas intensificam os processos de periferização. Como destaca Santos (2000), essa exclusão não é um efeito colateral do capitalismo urbano, mas um de seus fundamentos estruturantes.

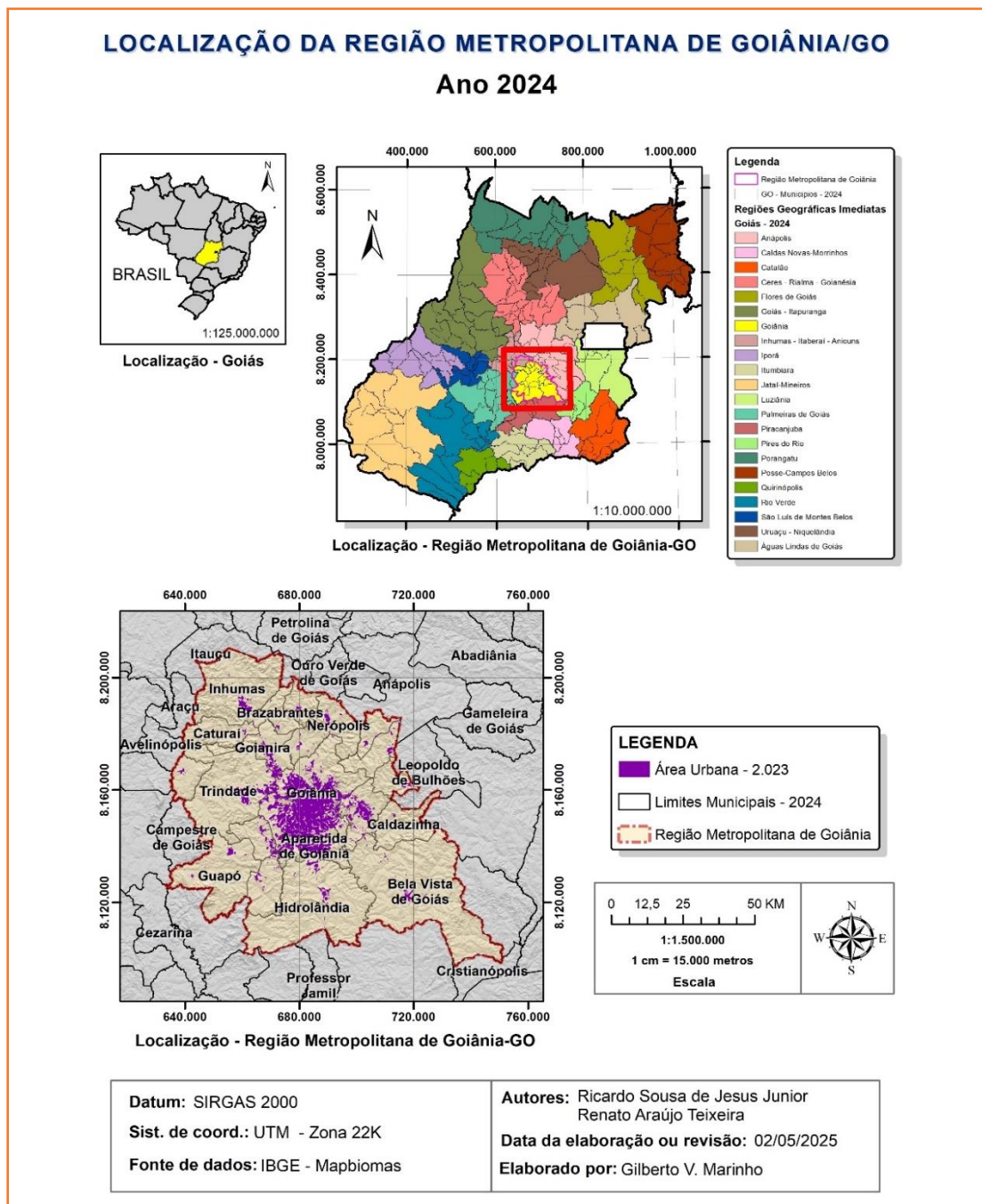
A fragilidade das políticas públicas e a dificuldade do Estado em garantir o direito à cidade para todos agravam o cenário. A urbanização, em muitos casos, não foi acompanhada por planejamento democrático ou infraestrutura adequada, resultando em cidades marcadas pela desigualdade, violência e insegurança. A cidade, que deveria ser um espaço de convivência plural, torna-se um ambiente de medo e isolamento.

Esse panorama é evidente em Goiânia, fundada em 1933 como a nova capital administrativa de Goiás. Inicialmente projetada para 50 mil habitantes, a cidade experimentou um crescimento populacional que superou as expectativas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), Goiânia alcançou 1.437.237 habitantes, consolidando-se como um polo urbano na região Centro-Oeste.

A expansão acelerada de Goiânia não foi acompanhada por políticas urbanas capazes de garantir uma ocupação territorial equilibrada. O

crescimento desordenado, sem a devida regulamentação e ação estatal, resultou em áreas de exclusão socioespacial que demandam atenção urgente do poder público e dos pesquisadores comprometidos com a justiça urbana, como ilustrado na Figura 01 - Localização da Região Metropolitana de Goiânia - 2025.

Figura 01 - Localização da Região Metropolitana de Goiânia - 2025



Fonte: IBGE-Mapbiomas (2025)

A trajetória demográfica de Goiânia, em relação às transformações socioespaciais do estado de Goiás, é fundamental para entender a problemática em questão. O processo de modernização conservadora no campo goiano, especialmente a partir da segunda metade do século XX,

emerge como um dos principais vetores das mudanças demográficas e espaciais da capital. Entre 1960 e 2022, a população de Goiânia cresceu de menos de 200 mil para quase 1,5 milhão de habitantes, segundo o IBGE (2022). Esse crescimento não foi apenas quantitativo, mas também provocou profundas transformações na estrutura urbana e nas dinâmicas territoriais da cidade, reconfigurando as relações sociais e a apropriação do espaço.

Arrais (2004) argumenta que esse processo foi acompanhado pela modernização das estruturas produtivas e dos meios de consumo em Goiás, com uma concentração notável em Goiânia. A capital, favorecida pela centralidade político-administrativa, atraiu investimentos e consolidou-se como núcleo de uma economia modernizante. A migração campo-cidade, impulsionada pela proletarianização do campesinato, acelerou a urbanização, ligando Goiânia à estrutura agrária regional.

Entretanto, esse crescimento gerou efeitos negativos, como a desigualdade socioespacial, a fragmentação territorial e o adensamento periférico. A violência, especialmente nas periferias, é uma das manifestações mais evidentes desse processo. Beato Filho (2004) afirma que,

Muitas pessoas gostam de se referir ao fenômeno da explosão da criminalidade em grandes centros urbanos. Mais correto seria falar de implosão, pois ela ocorre no interior das comunidades específicas das quais vítimas e agressores são originários e nas quais dividem o mesmo espaço. (Beato, 2004, p.359)

Nas palavras do autor, não deve haver preconceito na apresentação de alguns espaços como sinônimos de violência, a exemplo dos periféricos; isso pode conduzir a erros conceituais. Muitas vezes, ou quase sempre, a origem da violência pode ter ocorrido em outros locais, ou mesmo nos espaços chamados nobres.

A análise espacial torna-se central nesse contexto. Segundo Santos (1997), o espaço é um conjunto de mercadorias, configurado social e historicamente, onde cada parte da paisagem adquire valor conforme o uso que a sociedade lhe atribui. A relação entre violência e espaço deve, portanto, ser entendida dentro da totalidade social, considerando desde os legados históricos do colonialismo até as pressões contemporâneas da financeirização urbana.

É importante destacar que a modernização do território – ou o que Santos (1997) denomina de meio técnico-científico-informacional – promoveu profundas transformações nas cidades, acentuando desigualdades, conflitos e contrastes sociais. Além disso, impulsionou uma expansão acelerada das metrópoles, reconfigurando suas periferias e intensificando dinâmicas urbanas complexas.

As periferias urbanas intensificam os efeitos da precariedade estrutural. O Atlas da Violência (2022) aponta que cerca de 60% dos homicídios no Brasil ocorrem nessas áreas, onde o Estado é mais ausente e as desigualdades são mais visíveis. Dados do IBGE (2022) e do Instituto Trata Brasil (2023) confirmam que mais de 5 milhões de domicílios estão em aglomerados subnormais, com altos índices de déficit de saneamento e

infraestrutura. Essas condições, somadas à ausência de políticas públicas eficazes, alimentam uma violência estrutural – física, simbólica, institucional e cotidiana.

Em Goiânia, a consolidação da metrópole evidenciou essa desigualdade territorial. A Região Noroeste, em particular, tornou-se um espaço de exclusão, marcado por uma urbanização acelerada, mas sem garantias de cidadania plena. Alves & Evanson (2021) indicam que a violência estrutural nas periferias brasileiras manifesta-se pela seletividade penal, repressão estatal e negação de direitos. A Região Noroeste ilustra essa realidade: apesar de sua densidade populacional e crescente importância urbana, ainda enfrenta índices alarmantes de criminalidade, associada à falta de moradia, mobilidade e oportunidades.

Entretanto, é importante reconhecer que a violência não define toda a experiência periférica. A associação direta entre periferia e criminalidade alimenta um imaginário urbano estigmatizante, que ignora a complexidade das dinâmicas sociais nesses territórios. Moura e Ultramari (1996) e Maricato (2000) alertam para os riscos desse reducionismo. Maricato, ao analisar a segregação urbana, destaca que a exclusão social nas metrópoles se expressa espacialmente na constituição de "guetos" e regiões homogêneas de pobreza, onde a falta de políticas de inclusão e a especulação fundiária aprofundam a marginalização.

Esta pesquisa apresenta dois avanços relevantes: (1) evidencia a conexão entre processos macroestruturais (modernização, urbanização, migração) e microterritoriais (vivência periférica, violência cotidiana, ausência do Estado); e (2) contribui para o debate sobre a produção social do espaço urbano, ao explorar como as formas de dominação e resistência se materializam territorialmente.

No entanto, há limitações que exigem aprofundamentos futuros. A falta de dados desagregados por bairro dificulta a análise detalhada da violência intraurbana em Goiânia. Além disso, a ausência de uma abordagem interseccional – que leve em consideração raça, gênero e juventude – podem restringir a compreensão de como a violência afeta diferentes grupos sociais de maneira desigual. Essas lacunas abrem caminho para novas investigações que adotem metodologias sensíveis às especificidades locais e às desigualdades estruturais.

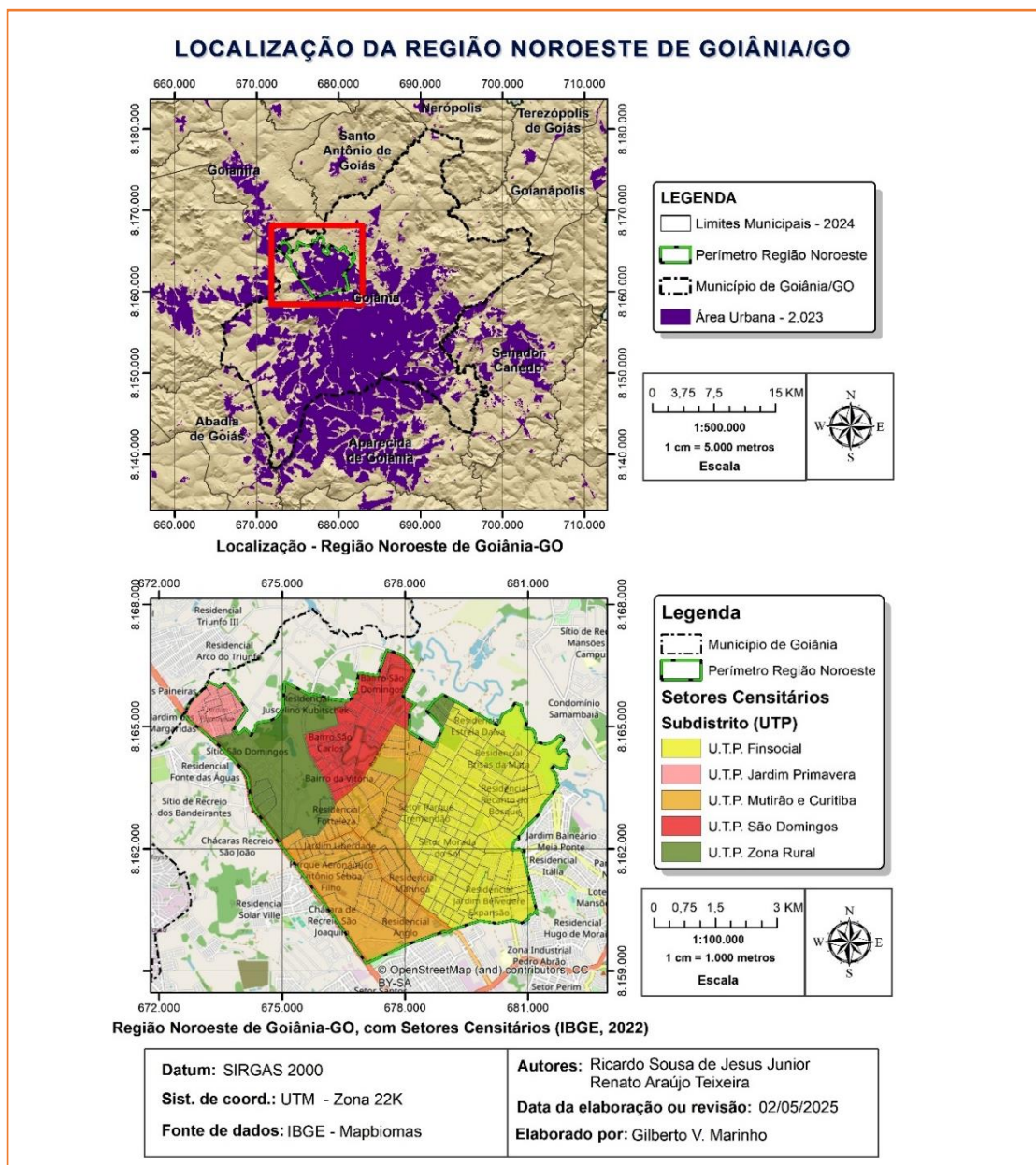
Conclui-se, portanto, que a Região Noroeste de Goiânia é mais que um "problema urbano": ela é uma expressão das contradições da metrópole brasileira contemporânea, onde convivem desigualdade, resistência e disputa pelo direito à cidade.

ESPACIALIZAÇÃO E PERIFERIZAÇÃO NA REGIÃO NOROESTE DE GOIÂNIA

A análise territorial da Região Noroeste de Goiânia revela um processo de periferação que vai além das explicações tradicionais baseadas apenas na distância do centro urbano. A ocupação fragmentada da região, caracterizada por ruas estreitas, vias sem saída, precariedade na infraestrutura básica e tensão com áreas de preservação ambiental, reflete uma urbanização marcada por um projeto de cidade excludente. Esses traços evidenciam uma produção do espaço urbano ancorada em dinâmicas históricas de negligência estatal, especulação

imobiliária e falta de planejamento integrado, formando o que Caldeira (2000) define como "vulnerabilidade estrutural". Conforme figura 02.

Figura 02 – Localização da Região Noroeste de Goiânia - 2025.



Fonte: IBGE-Mapbiomas (2025)

A construção de uma identidade periférica na Região Noroeste não se limita a critérios socioeconômicos, mas também à forma como o espaço é socialmente produzido e simbolicamente marcado. As áreas dessa região foram concebidas como territórios de contenção, tanto espacial quanto social, para populações de baixa renda, sem a devida oferta de serviços públicos, transporte eficiente, equipamentos culturais ou políticas habitacionais sustentáveis. Isso alimenta uma lógica de marginalização que é tanto material quanto simbólica e discursiva. Conforme expressa Souza (2009),

A segregação espacial nas metrópoles brasileiras é a expressão geográfica de uma *apartheid* social historicamente construído. Não se trata de mera 'desorganização' urbana, mas de uma organização perversa que concentra a pobreza em territórios desprovidos de infraestrutura básica, enquanto as elites se blindam em enclaves fortificados. Essa divisão espacial reproduz, no plano concreto, a hierarquia de classes que estrutura a sociedade brasileira. (SOUZA, 2009, p. 87-88).

A referência do autor ao "apartheid social" como expressão geográfica de uma organização perversa do urbano ajuda a compreender que o que se apresenta como "desorganização" é, na realidade, uma forma racionalizada de exclusão e evidencia como o espaço urbano materializa relações de poder.

Os dados coletados em campo – a partir de observações, entrevistas com moradores e análise cartográfica – mostram que a violência na Região Noroeste não pode ser entendida como um fenômeno isolado, mas como parte de um processo ligado às estratégias de urbanização que historicamente desconsideraram os direitos básicos das populações. As formas de controle social informal, muitas vezes violenta, surgem como substitutos para a ausência do Estado e refletem uma territorialização da insegurança. Como Caldeira (2000) observa, existe uma articulação entre a ausência institucional e a proliferação de mecanismos paralelos de poder, que estruturam a experiência cotidiana nas periferias.

Essa análise permite avançar na compreensão das complexidades das periferias urbanas contemporâneas. A pesquisa sugere que categorias analíticas tradicionais, como "centro-periferia", não são mais suficientes para explicar as contradições do espaço urbano atual. A expansão de condomínios fechados e de alto padrão em áreas historicamente periféricas, como ocorre na Região Noroeste, exemplifica o que Santos (2008) chama de "colisão de racionalidades urbanas": de um lado, a lógica da mercantilização do solo urbano, movida pelo capital imobiliário; de outro, as necessidades sociais, frequentemente ignoradas no planejamento urbano. Nesse contexto, Gottdiener (1997) ressalta que a valorização do solo urbano não responde às necessidades coletivas, mas à especulação e aos ciclos de valorização impostos pelo mercado, resultando em um desenvolvimento desigual e instável.

Ao mesmo tempo, a pesquisa reconhece seus limites. A abordagem qualitativa proporcionou uma análise crítica e detalhada sobre os significados atribuídos ao território pelos moradores, mas é necessário expandir a base de dados quantitativos – especialmente sobre mobilidade, renda e indicadores de violência – para fortalecer as comparações com outras áreas da cidade. Além disso, deve-se aprofundar a relação entre processos migratórios e a consolidação da Região Noroeste como destino de populações empobrecidas, como observado por Souza (1995). Esse dado histórico reforça o caráter estrutural da desigualdade territorial em Goiânia e aponta para continuidades e rupturas nos padrões de ocupação urbana ao longo das últimas décadas.

A contribuição de Lemos (1996) é crucial para entender a origem dessas periferias: o parcelamento de grandes glebas rurais, frequentemente em áreas ambientalmente sensíveis, facilitou a criação de formas autônomas e precárias de urbanização, perpetuando o modelo de cidade fragmentada. Esse processo, que em muitos casos prescindiu da atuação estatal, ainda persiste e se reproduz nas novas frentes de expansão urbana, que transformam as bordas da cidade em arenas de disputa entre o mercado imobiliário, movimentos sociais e o poder público.

Maricato (2015) complementa essa crítica, afirmando que as periferias urbanas são produtos de um projeto urbano que sistematicamente nega os direitos – não apenas por omissão, mas por um planejamento que favorece determinadas áreas em detrimento de outras. A Região Noroeste, portanto, carrega as marcas de um urbanismo seletivo e desigual, transformando certas áreas em "cidades-dormitório" sem garantir as condições mínimas para uma vida digna aos seus habitantes.

Essa perspectiva exige uma revisão profunda sobre as formas de conceber, planejar e governar o espaço urbano. A identificação de "enclaves fortificados" próximos a bolsões de vulnerabilidade, como evidenciado por observações territoriais e imagens de satélite, destaca a necessidade de políticas urbanas que superem a lógica de fragmentação e exclusão. A periferia não deve ser vista como o "resto" da cidade, mas como seu espelho distorcido, revelando as contradições de um modelo de desenvolvimento urbano que naturaliza a desigualdade.

Além disso, é importante ressaltar que a perpetuação da desigualdade socioespacial na Região Noroeste de Goiânia também se reflete na exclusão simbólica de seus habitantes, cujas experiências cotidianas são marcadas por um estigma de violência e precariedade.

Essa estigmatização, como argumenta Caldeira (2000), não se limita ao plano físico, mas também afeta as identidades sociais e as representações construídas sobre o território. O modo como a mídia, às narrativas políticas e até mesmo os próprios moradores da cidade se referem à periferia reforça a visão da região como um "território marginal", onde a criminalidade e os conflitos sociais são normalizados.

Essa construção discursiva não apenas legitima a marginalização da periferia, mas também invisibiliza as dinâmicas de resistência e as práticas comunitárias que surgem nesses espaços. Essas ações de resistência, muitas vezes ocultas pela violência simbólica, têm um potencial transformador, mas carecem de visibilidade e apoio institucional.

Por fim, a identidade periférica da Região Noroeste precisa ser repensada para que se reconheçam não apenas suas vulnerabilidades, mas também suas potências e capacidades de reinvenção social e urbana. Conclui-se que a Região Noroeste de Goiânia exemplifica, de forma paradigmática, os limites das políticas urbanas brasileiras frente às múltiplas facetas da metropolização. Enquanto a região revela a resistência e a agência de suas populações, também denuncia a persistência de estruturas profundamente excludentes. A periferia, como construção histórica, política e simbólica, continua sendo o espaço onde

se joga o futuro das cidades brasileiras – e é sobre ela que o debate urbano mais urgente deve se concentrar.

A análise da Região Noroeste de Goiânia revela não apenas os fluxos migratórios que caracterizam essa área como um ponto de atração para populações de diversos estados brasileiros, mas também os impactos desses movimentos sobre o desenvolvimento urbano e a estrutura socioespacial da cidade. A migração, especialmente proveniente de municípios do interior de Goiás e estados como Tocantins, Bahia, Maranhão, Pará, Mato Grosso e São Paulo, reflete as transformações econômicas e sociais que marcam a metropolização de Goiânia. Como observa Chaveiro (2001),

O processo de sua metropolização alicerçou-se nas seguintes condições: cidade de economia terciária, fonte catalisadora de um processo migratório interno ao Estado de Goiás, dado a pujança social da modernização da agricultura nas suas áreas de cerrado e fonte de atração migratória de sujeitos expropriados das regiões Norte e Nordeste, num contexto de mudança da economia nacional e mundial, a cidade apresenta – de 80 até os nossos dias – passos comprobatórios de uma travessia: o seu espaço apresenta, hoje, sinais de uma mudança. Goiânia não é mais uma metrópole de um Estado e de uma região agrários, mas a expressão urbana de um Estado e de uma região urbanizados. (Chaveiro, 2001, p.177)

O autor evidencia as transformações na cidade de Goiânia, onde essa migração reflete a mudança de Goiânia de uma cidade agrária para um modelo urbano, característica de um Estado cada vez mais urbanizado.

O deslocamento das populações para a periferia da capital, muitas vezes impulsionado por políticas assistenciais que visam promover a inclusão social, reflete uma expansão urbana acelerada e desordenada, ultrapassando os limites do perímetro urbano e avançando sobre áreas ambientalmente sensíveis. Contudo, esse crescimento não foi acompanhado de políticas de desenvolvimento sustentável, resultando em uma série de problemas, como degradação ambiental, ocupação irregular de áreas de preservação e falta de infraestrutura básica, como fornecimento de água, esgoto e transporte. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Goiás (2022) observou que a ausência de um planejamento urbano adequado agravou os problemas socioambientais da cidade.

A análise de Costa (1999) sobre loteamentos clandestinos e irregulares revela um cenário onde especuladores imobiliários, ao aproveitarem a falta de fiscalização eficaz, continuam a parcelar terrenos nas periferias de forma ilegal, pressionando ainda mais as áreas já saturadas. A falta de uma ação legal robusta permite a proliferação de ocupações irregulares, um fenômeno que é intimamente ligado à especulação imobiliária. Como Moysés (1996) aponta, a valorização imobiliária contribui para a criação de um espaço urbano segmentado, onde as populações de baixa renda são empurradas para as regiões mais distantes e desprovidas de infraestrutura.

Esse movimento de expansão para as periferias mais afastadas, ou "periferia móvel", reflete uma dinâmica de exclusão que se

retroalimenta. A criação de novos "bolsões de miséria" nas periferias distantes, associada à valorização das áreas centrais, forma um ciclo de precariedade urbana que amplia as desigualdades socioespaciais, dificultando ainda mais os processos de integração dessas populações. A violência, como consequência direta dessa segregação espacial, é intensificada pela falta de acesso a serviços básicos e pela marginalização social dessas áreas. Mancuso (1996) analisa esse fenômeno, observando a crescente periferização dos conflitos urbanos.

O crescimento de novas centralidades na periferia, como exemplificado na Região Noroeste, sinaliza uma reconfiguração do tecido urbano de Goiânia. Embora essas novas centralidades ofereçam alguns serviços e opções de lazer, elas não resolvem os problemas estruturais da cidade, como mobilidade, acessibilidade e desigualdade social. Chaveiro (2001) destaca que esse processo de expansão das centralidades nas periferias reflete os paradoxos do desenvolvimento urbano contemporâneo: embora haja crescimento e valorização econômica, a cidade se fragmenta cada vez mais, intensificando as disparidades entre os centros urbanos e as periferias.

A pesquisa, portanto, evidencia como os fluxos migratórios e as políticas públicas de assistência social contribuíram para a dinâmica de crescimento desordenado da Região Noroeste de Goiânia, ao mesmo tempo em que revela as falhas na implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento urbano sustentável. O grande desafio é transformar o crescimento urbano de Goiânia em um processo inclusivo e sustentável, capaz de reduzir as disparidades sociais e garantir melhores condições de vida para a população.

Os Crimes Contra a Pessoa e o Patrimônio na Região Noroeste de Goiânia

A Região Noroeste de Goiânia apresenta uma dinâmica de violência urbana particularmente marcada por crimes contra o patrimônio, como furtos e roubos, e crimes letais intencionais, como homicídios. A análise desses eventos revela a intersecção entre fatores socioeconômicos, territoriais e demográficos, fundamentais para a compreensão da criminalidade local.

Os dados do Atlas da Violência (IPEA/FBSP, 2022) indicam que 77% das vítimas de homicídios no Brasil são homens entre 15 e 34 anos, padrão que também se observa na Região Noroeste de Goiânia. Esse dado é particularmente significativo, pois corresponde à fase produtiva da vida, em que se espera maior inserção no mercado de trabalho. No entanto, nas periferias urbanas, fatores como desemprego estrutural, informalidade e a falta de políticas públicas voltadas para a juventude geram um ambiente de marginalização social, aumentando a vulnerabilidade dos jovens, especialmente homens negros e periféricos, à violência letal.

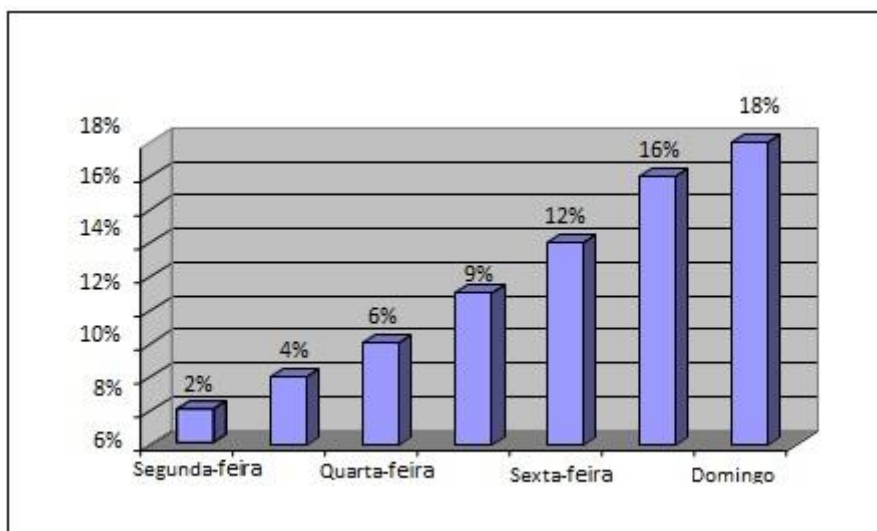
A análise etária dos autores e vítimas de homicídios também revela uma tendência crescente à letalidade em conflitos que, antes, resultavam apenas em lesões corporais. Este comportamento pode, inclusive, levantar a hipótese de que parte dos conflitos, estariam hoje resultando em homicídios, num processo de migração de um crime para outro e de maior letalidade nos conflitos presentes nas relações sociais

cotidianas. Esse fenômeno reforça a ideia de que a violência letal é sintoma da deterioração das relações sociais e da fragmentação territorial das grandes cidades brasileiras. (LIMA, 2002)

Além disso, é possível identificar uma sazonalidade na incidência de homicídios na Região Noroeste, iniciando na sexta-feira (12%), atingindo seu ápice nos finais de semana, especialmente aos sábados (16%) e domingos (18%), em contraste com os demais dias úteis, que registram taxas bem abaixo da média. Conforme evidencia o Gráfico 01.

Essa temporalidade está diretamente ligada a um aumento das interações sociais em espaços de lazer, como bares, praças e ruas, locais muitas vezes desprovidos de regulação pública ou policiamento eficaz, o que cria oportunidades para conflitos interpessoais e práticas criminosas (CALDEIRA, 2000; LIMA, 2002).

Gráfico 01: Homicídios pelos dias da semana na Região Noroeste de Goiânia



Fonte: Compilação de dados da SSP-GO, PM-GO e notícias do G1 - Goiás e OPopular - 2024. Org.: Os autores - 2024.

A análise da violência na Região Noroeste de Goiânia revela uma forte correlação entre os padrões temporais e territoriais dos crimes, especialmente homicídios e crimes contra o patrimônio. Os dados indicam que os finais de semana, particularmente os sábados e domingos, concentram uma parte significativa dessas ocorrências.

Essas constatações reforçam a urgência de políticas públicas que reconheçam a interdependência entre temporalidade, territorialidade e violência urbana. A formulação de estratégias eficazes de segurança pública deve ser guiada por esse tipo de evidência, priorizando intervenções em horários e locais críticos e incorporando ações preventivas que vão além do policiamento ostensivo.

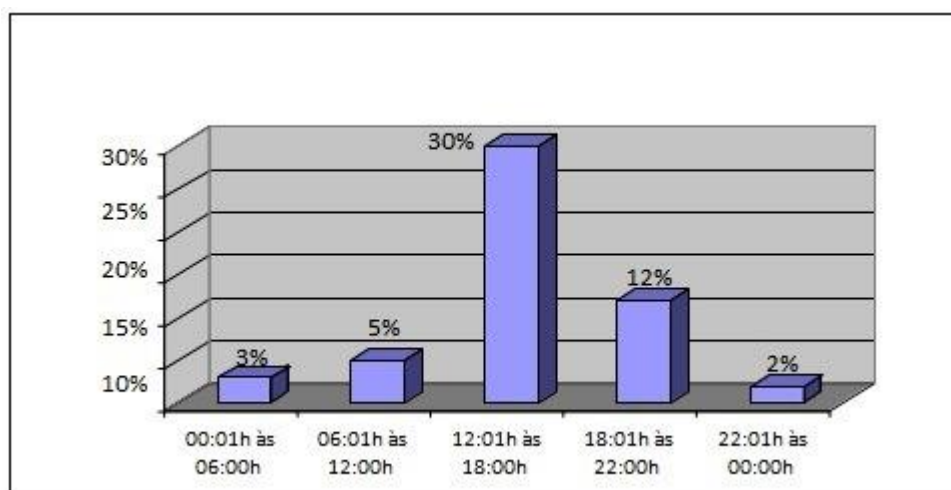
Este padrão temporal da violência reflete aspectos sociológicos mais profundos, como o esvaziamento das funções sociais do trabalho, a ociosidade forçada e a exclusão estrutural das camadas sociais periféricas. Esses fatores, quando combinados, fragilizam as

subjetividades e podem atuar como catalisadores para a adesão a práticas criminosas.

Bauman (1999) chama a atenção para a "superfluidez social" nas periferias urbanas contemporâneas, que gera sujeitos sem acesso aos circuitos legais de inserção no mercado de trabalho, normalizando a informalidade e a transgressão como formas de afirmação ou sobrevivência.

Os crimes contra o patrimônio, por sua vez, apresentam padrões temporais distintos, com ocorrências moderadas em torno 20% entre 18h01 e 22h (período noturno) e picos maiores de incidências no período vespertino. Essa variação está associada à ausência prolongada dos moradores, que majoritariamente se encontram em seus locais de trabalho durante esse intervalo. Dados indicam que cerca de 30% dos furtos a domicílios acontecem entre 12h01 e 18h, confirmando que o período da tarde é o horário de maior vulnerabilidade para que ocorra esse tipo de crime. Conforme evidencia o gráfico 02.

GRÁFICO 02: Os horários com maiores índices de Furtos ao patrimônio na Região Noroeste



Fonte: Compilação de dados da SSP-GO, PM-GO e notícias do G1 - Goiás e O Popular - 2024. Org.: Os autores - 2024.

Esses padrões de violência indicam que o problema na Região Noroeste não pode ser reduzido a uma simples questão de criminalidade ou de dados estatísticos. A violência é uma expressão de um modelo de urbanização excludente, de uma lógica de periferização socioespacial e de um Estado que, muitas vezes, age mais no campo da repressão do que na proteção social. Conforme Caldeira (2000) argumenta, a urbanização desigual e fragmentada das metrópoles brasileiras cria “circuitos diferenciados de cidadania”, nos quais grandes parcelas da população vivem à margem dos direitos mais fundamentais.

Assim, a superação da violência na Região Noroeste exige uma abordagem integrada, que contemple segurança, inclusão social e planejamento urbano. Isso envolve a valorização do território, o fortalecimento da juventude por meio da educação, cultura e trabalho, e

a redefinição do papel do Estado nas periferias urbanas, não como um agente de controle, mas como promotor de cidadania e justiça social.

Em relação aos crimes contra o patrimônio, a maioria dos registros na Região Noroeste se refere a furtos simples, que ocorrem principalmente em áreas de grande circulação, como centros comerciais informais e arredores de terminais de transporte coletivo. Conforme dados da Tabela 01.

Tabela 01 - Roubos e Furtos (2023-2024)

Roubos e Furtos		
Bairro	Roubos/Mês (Média)	Furtos/Mês (Média)
Jardim Curitiba	18-25	20-30
Jardim Floresta	12-18	15-25
Bairro da Vitória	15-20	10-20
Nova Esperança	10-15	8-15
Parque Tremendão	14-20	12-18
São Carlos	20-30	25-35
Recanto do Bosque	5-10	8-12

Fonte: Compilação de dados da SSP-GO, PM-GO e notícias do G1 - Goiás e O Popular - 2024. Org.: Os autores - 2024.

Esse padrão de criminalidade está relacionado a várias vulnerabilidades presentes no espaço urbano, como a falta de iluminação nas ruas, terrenos abandonados e a ausência de políticas urbanas que integrem as diferentes áreas da cidade.

A Região Noroeste de Goiânia apresenta significativa incidência de roubos a transeuntes, com padrão temporal marcadamente concentrado nos horários de maiores fluxos populacionais. Esses delitos ocorrem predominantemente durante os deslocamentos pendulares da população trabalhadora, situação em que os infratores se aproveitam das condições ambientais favoráveis à prática criminosa. Estudos demonstram que o período compreendido entre 18h01 e 22h00 registra os maiores índices desse tipo de criminalidade, caracterizando-se pela conjugação de fatores como a elevada concentração de pessoas nos espaços públicos e a progressiva redução da luminosidade natural.

Nesse contexto, os pontos de ônibus e os próprios veículos de transporte coletivo emergem como locais privilegiados para a ação dos criminosos, que se beneficiam tanto da aglomeração de passageiros quanto das limitações nos mecanismos de vigilância e controle social nesses ambientes. Essa dinâmica delitiva evidencia a necessidade de políticas públicas de segurança que considerem a especificidade temporal e espacial dessas ocorrências, com ênfase no planejamento de ações preventivas adequadas às particularidades do transporte público e dos horários de pico.

Beato Filho (2004) aponta que o crime tende a se concentrar em lugares onde o Estado não chega ou atua de forma limitada, reforçando a ideia de que a violência está ligada às desigualdades existentes na cidade. A Região Noroeste, por sua história de periferização e falta de infraestrutura adequada, acaba se tornando um ambiente propício para essas dinâmicas.

Os dados evidenciam que a Região Noroeste de Goiânia lidera os índices de roubos de veículos e celulares (SSP-GO e OPopular, 2023), consolidando-se como a área mais afetada por esse tipo de criminalidade. Com base nesses achados, é evidente a necessidade de políticas públicas que considerem a espacialidade e a temporalidade da violência, adotando uma abordagem intersetorial para a prevenção da criminalidade.

Esse padrão de criminalidade reflete, mais uma vez, a interação entre fatores sociais e estruturais no território urbano, conforme apontado por autores como Caldeira (2000) e Lemos (2012), que destacam a relação entre a precariedade da infraestrutura, a ausência de vigilância e a previsibilidade dos deslocamentos da população trabalhadora.

Assim, os crimes deixam de ser entendidos como eventos aleatórios, sendo vistos como ações calculadas, dentro de uma lógica informal que organiza a vida nas periferias. A territorialização do crime, como parte de uma racionalidade não oficial, revela a necessidade de um olhar mais atento sobre os espaços urbanos vulneráveis.

A carência de mecanismos de segurança – como sistemas de monitoramento, grades, cercas e vigilância comunitária – está diretamente relacionada à precariedade das condições econômicas vividas por grande parte dos residentes da região. Conforme argumenta Lemos (2012), a ausência de capital financeiro para o investimento em dispositivos de proteção privada aprofunda a exposição das periferias à ação de agentes criminosos, criando um circuito de fragilidade cotidiana.

A territorialização da criminalidade e sua relação com o tempo do trabalho, a organização cotidiana e os vazios institucionais nos territórios reforçam as reflexões de Santos (1997), que destaca a centralidade do tempo e do espaço na configuração da vida social urbana. Nesse sentido, os crimes contra o patrimônio na Região Noroeste não são aleatórios, mas seguem uma lógica estruturada que responde aos horários de trabalho e aos espaços urbanos vulneráveis.

Esses fatos são fundamentais para a formulação de políticas públicas mais eficazes e integradas. Como aponta Beato Filho (2004), a segurança pública deve abandonar a abordagem reativa e adotar um modelo proativo, que utilize inteligência territorial para proteger os grupos mais vulneráveis e promover a ocupação qualificada dos territórios de risco. A identificação dos padrões temporais e espaciais da criminalidade permite, assim, uma abordagem mais eficaz, voltada para a prevenção e o enfrentamento da violência, ao invés de estratégias centradas apenas na repressão.

No plano conceitual, torna-se necessário distinguir entre crime e violência, ainda que, no cotidiano das periferias urbanas, tais fenômenos frequentemente se sobreponham. Como observa Caldeira (2000), a violência ultrapassa os limites da tipificação penal, manifestando-se também nas relações sociais, políticas e econômicas, marcadas pela exclusão, pelo preconceito e pela desigualdade estrutural.

Os crimes contra a pessoa, por sua vez, embora em menor número que os crimes contra o patrimônio, são os que mais impactam a percepção social da violência, especialmente os homicídios – dolosos ou culposos –, por representarem o grau máximo da violência letal.

Essa desagregação territorial é fundamental para compreender a lógica da insegurança urbana em Goiânia, que não é homogênea, mas seletiva, concentrando-se em territórios periféricos historicamente negligenciados. Como destaca Maricato (2015), as formas de violência e criminalidade são profundamente atravessadas pelo padrão de urbanização excludente e pela ausência da presença efetiva do Estado nesses espaços.

A Tabela 02 apresenta a distribuição espacial dos homicídios na Região Noroeste, permitindo identificar os bairros com os maiores índices de letalidade e vulnerabilidade criminal.

Tabela 02 - Homicídios (2023)

Homicídios	
Bairro	Homicídios
Jardim Curitiba	10+
Jardim Floresta	4
Bairro da Vitória	3
Nova Esperança	5
Morado do Sol	1
Finsocial	2
Parque Tremendão	7

Fonte: Compilação de dados da SSP-GO, PM-GO e notícias do G1 - Goiás e O Popular - 2024. Org.: Os autores - 2024.

Portanto, a análise empírica aqui desenvolvida corrobora a hipótese de que a criminalidade na Região Noroeste é influenciada tanto por fatores estruturais – como pobreza, desigualdade e ausência de políticas públicas – quanto por elementos conjunturais e territoriais, como horários e fluxos populacionais específicos.

Essa compreensão integrada evidencia a urgência de uma abordagem intersetorial e multidimensional da segurança pública, articulada com políticas sociais, urbanas e de inclusão econômica, capazes de romper o ciclo de vulnerabilidade que marca os territórios periféricos.

A inclusão de políticas voltadas à educação, cultura, lazer e geração de emprego são fundamentais para o enfrentamento das causas estruturais da violência letal nas periferias metropolitanas, contribuindo para a construção de territórios mais seguros, integrados e com maior presença cidadã do Estado.

A violência e o consumo de drogas ilícitas encontram-se intrinsecamente associados a desigualdades estruturais e à carência de

oportunidades socioeconômicas. Conforme postulado por Bauman (2008), embora a pobreza não constitua fator determinante direto da criminalidade, os processos de exclusão social emergem como elementos centrais na gênese desse fenômeno. Evidências indicam que a adesão de jovens a redes de ilicitude e práticas violentas decorre, em grande medida, da insuficiência crônica de políticas públicas redistributivas e inclusivas.

A marginalização sistemática, aliada à precarização do sistema educacional, atua como mecanismo de reprodução dessa dinâmica (WAISELFISZ, 2019). Adicionalmente, a atuação de redes de tráfico em territórios vulneráveis intensifica essas problemáticas, criando um ecossistema de ilegalidade. A omissão estatal em áreas periféricas - expressa na carência de serviços básicos e infraestrutura - favorece a consolidação de mercados criminais paralelos.

Dessa forma, observa-se que as apreensões de drogas têm aumentado na região Noroeste de Goiânia devido ao reforço na fiscalização e inteligência policial, com ações voltadas a inibir esta prática na região. No entanto, o volume confiscado revela a persistência do tráfico e a necessidade de combater suas causas, como a demanda e a vulnerabilidade social. Enquanto houver mercado consumidor, a apreensão será apenas uma medida paliativa. Conforme demonstra a tabela 03.

Tabela 03 - Apreensões de Drogas (2023)

Apreensões de Drogas	
Bairro	Apreensões de Drogas
Jardim Curitiba	20+
Jardim Floresta	5+
Bairro da Vitória	8+
Nova Esperança	10+
Parque Tremendão	3+
São Carlos	2+
Recanto do Bosque	6+

Fonte: Compilação de dados da SSP-GO, PM-GO e notícias do G1 - Goiás e O Popular - 2024. Org.: Os autores - 2024.

As apreensões de drogas na Região Noroeste de Goiânia apresentam índices expressivos, com destaque para o bairro Jardim Curitiba, que lidera o número de ocorrências, e abrange os bairros Nova Esperança e Vitória. Essa concentração territorial das apreensões evidencia a articulação entre vulnerabilidade social, ausência do Estado e expansão de redes ilícitas.

O tráfico de drogas, mais do que uma atividade criminosa isolada, configura-se como um eixo estruturante do poder territorial exercido por facções criminosas, que operam em rede e consolidam formas paralelas de autoridade. Como observa Zaluar (2004), o narcotráfico não apenas financia a estruturação dessas facções, mas também sustenta o armamento, a corrupção de agentes públicos e o domínio de parcelas das periferias urbanas.

A relação entre o comércio ilegal de drogas e a territorialidade violenta criada por organizações paralelas, gera ciclos contínuos de

insegurança, nos quais o Estado é sistematicamente desafiado por essas organizações. Dessa forma, o tráfico de drogas e a atuação de facções criminosas são os principais fatores de violência em bairros (vide tabela 04), como Parque Tremendão, Finsocial, Morada do Sol e Jardim Curitiba na Região Noroeste de Goiânia.

Essas facções atuam como formas de “Estado paralelo”, impondo normas próprias, mecanismos de controle social e prestação de serviços ilegítimos em contextos marcados pela omissão do poder público. Conforme argumenta Mingardi (2011), são justamente na ausência do Estado – em áreas como segurança, justiça, educação e assistência social – que essas organizações encontram terreno fértil para se fortalecerem. Sua atuação extrapola o tráfico de drogas, alcançando esquemas de extorsão, lavagem de dinheiro e, sobretudo, a captura de territórios urbanos, corroendo as bases do tecido social e institucional.

Na Região Noroeste de Goiânia, observa-se uma disputa contínua pelo controle desses territórios por parte de grandes facções nacionais, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) - de São Paulo, o Comando Vermelho (CV) - do Rio de Janeiro e o Amigo dos Amigos (ADA)- do Rio de Janeiro, dessa forma, perpetua-se um ciclo de violência que afeta diretamente a população, a qual vivencia as consequências desses conflitos por meio de elevadas taxas de homicídios, roubos e uma constante sensação de insegurança nos territórios periféricos.

A presença consolidada dessas facções e a “naturalização” do tráfico como alternativa de renda revelam os limites das abordagens exclusivamente repressivas. A persistência desse quadro demanda estratégias integradas, que articulem ações de inteligência e repressão qualificada com políticas públicas de inclusão social, urbanização de favelas, ampliação do acesso à educação, à cultura e à geração de trabalho e renda.

Essa disputa se manifesta cotidianamente por meio da violência letal, do domínio de pontos de venda e do temor generalizado imposto à população local. Enquanto essas organizações se enfrentam pelo comando estratégico da região, grupos menores administram bocas de fumo nos bairros, funcionando como engrenagens operacionais de uma estrutura criminosa maior, descentralizada e difusa.

Somente através dessa abordagem intersetorial e estrutural será possível interromper o ciclo de violência e reconstruir as bases do pertencimento social e da cidadania nas periferias, transformando os estigmas e rótulos associados a esses territórios – muitas vezes marcados como áreas de risco devido à percepção de periculosidade. Conforme a tabela 04.

Tabela 04 - Mapa de Risco (Bairros de alto, médio e baixo risco)

Mapa de Risco		
Alto Risco	Médio Risco	Baixo Risco
Jardim Curitiba	Jardim Primavera	Alto do Vale
Bairro Floresta	Jardim Liberdade	Brisas da Mata
Parque Tremendão	Res. Green Parque	Recanto do Bosque
Finsocial	Vila Mutirão	Alto do Vale
Estrela Dalva	Jardim da Hortências	Jardim Colorado
Morada do Sol	Novo Planalto	Jardim Fonte Nova

Fonte: Compilação de dados da SSP-GO, PM-GO e notícias do G1 - Goiás e O Popular - 2024. Org.: Os autores - 2024.

A leitura do mapa de risco da Região Noroeste de Goiânia permite visualizar, com nitidez, a heterogeneidade espacial da violência letal. A cartografia revela zonas com altíssima incidência de homicídios, áreas com risco moderado e bairros cujos índices são significativamente inferiores. Essa disparidade entre territórios muitas vezes contíguos não é aleatória, mas reflete padrões socioespaciais estruturantes que reproduzem desigualdades históricas e evidenciam a seletividade da violência urbana.

Compreender a violência em Goiânia – e particularmente na Região Noroeste – exige, portanto, uma abordagem que transcenda a análise meramente criminal. A territorialização da violência está profundamente associada às dinâmicas da expansão metropolitana, aos deslocamentos populacionais impulsionados pela modernização agrícola (OLIVEIRA, 2002), à precarização urbana e à formação de periferias atravessadas por lutas permanentes por moradia, trabalho e acesso a direitos básicos, como a moradia digna, em meio a disputas pelo espaço urbano.

Esses processos revelam, simultaneamente, a omissão histórica do Estado e as formas de resistência cotidiana construídas pelas populações periféricas, que, diante do abandono institucional, desenvolvem estratégias alternativas de sobrevivência e ocupação do território.

A presença de facções criminosas, a expansão do tráfico de drogas e as respostas predominantemente repressivas por parte do aparato policial expressam uma disputa mais profunda pela gestão e controle do espaço urbano. Como analisa Santos (2002), os espaços não são um simples cenário onde a violência ocorre, mas uma dimensão ativa de sua produção, estruturada por interesses políticos, econômicos e simbólicos. A violência, portanto, não apenas se territorializa: ela reorganiza, redefine e estrutura o tecido urbano, instaurando zonas de controle, medo e exclusão.

Nesse contexto, a segregação socioespacial emerge como vetor central da produção da violência urbana. As periferias não são apenas distantes geograficamente do centro; são territórios onde se materializam os efeitos da modernização conservadora, conforme discute Ribeiro (2004), considerando os problemas da ocupação e da moradia, registra que os problemas acumulados nas metrópoles ganham crescente relevância social e econômica, mas ela permanece órfã de interesse político.

Com efeito, a despeito da mencionada multiplicação de instituições metropolitanas, observamos a inexistência de efetivas políticas voltadas especificamente ao desenvolvimento dessas áreas, em que se intensificam desigualdades em vez de promover inclusão. A exclusão urbana, socioespacial e a negação do direito à cidade criam condições para a atuação de redes ilícitas e consolidam cenários onde a moradia precária se transforma em campo de resistência e de disputa cotidiana pela dignidade.

A segregação socioespacial se apresenta, pois, como um vetor da constituição dos interesses capitalistas sobre o espaço; em que a

desigualdade social e de renda se colocaram como um desdobramento do processo de modernização conservadora, bem como a resistência, isto é, a luta pela moradia como ingrediente da preservação da vida.

Superar esse quadro exige mais do que respostas pontuais e repressivas por parte do Estado. A redução da violência na Região Noroeste de Goiânia pressupõe um projeto urbano integral, que reconheça a centralidade de políticas estruturantes – como moradia digna, mobilidade urbana, acesso à educação, à saúde e à cultura – como pilares da cidadania. As periferias devem ser compreendidas não como espaços-problema, mas como territórios de potência, cujas reivindicações por justiça espacial expressam uma luta legítima por vida, dignidade e pertencimento pleno à cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo investigou as diversas manifestações da violência urbana na Região Noroeste de Goiânia, revelando como fatores históricos, socioeconômicos e a atuação de organizações criminosas contribuem para a perpetuação de um cenário de insegurança crônica. A análise da criminalidade, especialmente em bairros como o Jardim Curitiba, aponta para um padrão de exclusão e abandono, em que as políticas públicas insuficientes e a presença intermitente do Estado intensificam as vulnerabilidades sociais e territoriais.

Os resultados indicam que a violência na Região Noroeste de Goiânia não se limita ao campo da criminalidade convencional, mas se articula com um complexo quadro de desigualdade social, segregação urbana e ausência de alternativas reais para os moradores. O tráfico de drogas e a atuação de facções criminosas são aspectos centrais nesse contexto, reforçando a ideia de que a violência se configura como um fenômeno multifacetado, que envolve não apenas questões de segurança pública, mas também profundas falhas nas políticas sociais e urbanas.

A Região Noroeste de Goiânia se destaca como um exemplo claro de como a precariedade das condições de vida e a falta de acesso a direitos básicos contribuem para a perpetuação da criminalidade. As facções criminosas, que atuam não apenas no tráfico de drogas, mas também na imposição de controle social, revelam a fragilidade do poder público e a ausência de políticas estruturantes que possam combater eficazmente as raízes da violência.

Para expandir o entendimento sobre as dinâmicas de violência na Região Noroeste e outras áreas periféricas de Goiânia, seria relevante explorar o impacto das políticas públicas implementadas na segurança pública e na urbanização desses territórios. Investigar a eficácia das ações de repressão policial, bem como as práticas de policiamento comunitário, poderia fornecer *insights* valiosos sobre as estratégias que efetivamente contribuem para a redução da criminalidade.

Além disso, estudos focados em soluções para a inclusão socioeconômica da população periférica, como programas de geração de emprego e educação, seriam fundamentais para compreender as relações entre a violência e a marginalização. O papel das organizações da

sociedade civil, bem como iniciativas de intervenção comunitária, também deve ser objeto de investigação, dado seu potencial para criar redes de apoio e resistência dentro das comunidades.

A violência na Região Noroeste de Goiânia é um reflexo de processos históricos de desigualdade e de políticas públicas ineficazes, que contribuem para a perpetuação de um ciclo de exclusão e marginalização. Para interromper esse ciclo, é necessário adotar uma abordagem integrada que combine segurança pública com ações sociais, incluindo educação, urbanização, cidadania e políticas de emprego.

O fortalecimento das redes de apoio comunitário e a implementação de políticas estruturantes que visem combater as desigualdades socioeconômicas são essenciais para transformar a realidade de violência e insegurança.

Sem ações concretas e coordenadas que enfrentem as causas estruturais da violência, a Região Noroeste de Goiânia continuará a ser um território marcado pela exclusão, onde a criminalidade, longe de ser combatida, se perpetuará como uma consequência direta das desigualdades sociais e da falta de investimentos públicos.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. A.; EVANSON, P. **Violência estrutural e resistência nas periferias brasileiras**. São Paulo: Boitempo, 2021.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia contemporânea de Goiás**. Goiânia: Ed.Vieira, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **Vida líquida**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEATO FILHO, Cláudio C. **O problema dos homicídios em Belo Horizonte**. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.) **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a coesão e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE – Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico 2022: resultados preliminares do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Acesso em: 10 out. 2023.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000, p. 256.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Goiânia: Uma metrópole em travessia**. Universidade de São Paulo – USP, 2001. Tese de Doutorado

CORRÊA, Roberto S. **A violência estrutural em áreas urbanas periféricas**. 1995. 210 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – USP, São Paulo, 1995.

CORRÊA, Roberto L. **O Espaço Urbano**. São Paulo, Editora: Ática, 2000.

COSTA, Sérgio Luiz da. **Loteamentos clandestinos e irregulares no município de Goiânia**. Goiânia – Go: UFG – Goiás, 1999. Monografia.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editoral Graal, 3ª ed. 1982.

GOIÁS. **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social**. *Relatório de Programas Sociais*. Goiânia, 2022.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da Violência 2022**. Brasília: IPEA; São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>. Acesso em: 10 abril. 2024.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Ranking do Saneamento Básico 2023**. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.tratabrasil.org.br/ranking2023>. Acesso em: 15 out. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da Violência 2022**. Brasília: IPEA, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia>. Acesso em: 23 nov. 2023.

LEMOS, Amália Inês Geraiges de. **Modernidade e metrópoles latino-americanas**. Rio de Janeiro e Buenos Aires. São Paulo, USP: USP – São Paulo, SP. 1996. Tese de Doutorado.

_____. Processos de metropolização no Brasil contemporâneo. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 87-110.

LIMA, Ana P. **Desigualdade e violência estrutural**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 102-120, 2002.

MANCUSO, Franco. Perspectivas de renovação dos instrumentos urbanístico: Um balanço a partir da experiência italiana. In: NERY JR, Marinho. SOMEKH, Nádia. ROLNIK, Raquel. (Org.) **Seminário Políticas Públicas para o manejo do solo Urbano: Experiências e possibilidades**. São José dos Campos, agosto; 1996.

MARICATO, E. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MINGARDI, Guaracy. **O PCC e as facções criminosas em São Paulo**. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 287-302.

MOYSÉS, Aristides. **Estado e Urbanização: Conflitos Sociais na Região Noroeste de Goiânia (Década de 1980)**. São Paulo: PUC, 1996. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Nilson Vieira. **Insegurança Pública - reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

PECHMAN, Robert Moses. **O mito da cidade global: o papel das políticas urbanas na reprodução da desigualdade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1991.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.) **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: FASE - Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: Território e sociedade no início de século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da geografia**. 6 ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global: Brutalidade e complexidade na economia global**. Tradução de Angela Lobo Oliveira. 1.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 87-88.

SOUZA, Welton Ferreira de. **O êxodo rural e o desafio urbano de Goiânia: 1960 - 1990**. Instituto de Ciências História e Letras - ICHL da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1995. Dissertação de Mestrado.

ULTRAMARI, Clovis. MOURA, Rosa. **O que é periferia urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Evolução dos homicídios no Brasil no século XXI**. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 46-65, jan./jun. 2015.

_____. **Mapa da Violência: Drogas e Homicídios no Brasil.** Brasília: FLACSO, 2019.

WACQUANT, Loïc. **As duas faces do gueto.** Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2008.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

Contato dos autores:

Autor: Ricardo Sousa de Jesus Júnior
E-mail: professoricardosousa@gmail.com

Autor: Renato Araújo Teixeira
E-mail: renato.teixeira@ifg.edu.br

Manuscrito aprovado para publicação em: 12/02/2025